

**HABEAS CORPUS Nº 493.311 - SP (2019/0041925-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DANIELLE RINALDI BARBOSA - SP288712**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : C C DA S S**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. TRÊS ATOS INFRACIONAIS EQUIPARADOS AO CRIME DE FURTO JULGADOS CONJUNTAMENTE. INTERNAÇÃO. ART. 122, INCISO II, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR PROFERIDA EM *HABEAS CORPUS* PROTOCOLADO NA ORIGEM, CUJO MÉRITO AINDA NÃO FOI JULGADO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PLEITO DE SOLTURA DO ADOLESCENTE. RENITÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de C. C. DA S. S. contra decisão do Desembargador Relator do HC n.º 2022674-74.2019.8.26.0000, em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu medida de provimento urgente.

Ao que se tem dos autos, o adolescente em conflito com a Lei foi **responsabilizado pela prática de três atos infracionais – praticados em datas diversas –, equiparados ao crime de furto qualificado tentado, e submetido ao cumprimento de medida socioeducativa de internação** (fl. 51).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na origem, tendo sido indeferido o pedido liminar (fls. 51-53).

Neste *writ*, alega a Parte Impetrante ser descabida a internação, pois "*o adolescente nunca foi destinatário de medida socioeducativa*" (fl. 6).

Afirma, outrossim, que "*o adolescente é absolutamente primário, pois jamais havia sido processado anteriormente, e responde por ato não revestido de violência ou grave ameaça, não se fazendo assim presentes, portanto, as hipóteses taxativas do artigo 122 do ECA*" (fl. 6).

Busca, assim, em liminar com ratificação no mérito, que o adolescente em conflito com a Lei seja posto em liberdade (fl. 18).

É o relatório. Decido.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 373.455/AgRg-SP, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 28/11/2016; HC 376.893/AgRg-SE, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 24/11/2016; HC 298.009/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJe de 04/09/2014; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a superação do óbice sumular acima referido. Isso porque o Desembargador Relator, ao indeferir o pedido liminar, consignou que o adolescente em conflito com a lei é "*renitente na prática delitiva, porquanto praticou três furtos em curto período de tempo*" (fls. 52-53; grifo no original), e que, segundo o Relatório de Diagnóstico Polidimensional, "*o adolescente possui frágil respaldo familiar – o genitor é falecido e a mãe é dependente química, já tendo sido internada em cinco oportunidades – chegando por inúmeras*

*vezes, a procurar a sua família para se alimentar"* (fl. 53).

No caso, embora tenha sido a primeira responsabilização do Paciente, ao menos em apreciação *per saltum*, **sobreleva o fato de serem três atos infracionais** julgados conjuntamente por questões procedimentais, mas reconhecidos pelo Judiciário como fatos típicos e antijurídicos distintos.

Há precedentes neste Superior Tribunal no sentido de ser *"irrelevante que tenha havido o trânsito em julgado da sentença que acolheu a representação dos demais atos infracionais, para fins de incidência do art. 122, II do ECA; a aplicação da medida mais gravosa é um efeito apenas do reconhecimento, pelo Judiciário, do cometimento de outras infrações graves [...]"* (RHC 37.213/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 19/11/2013; sem grifos no original).

Portanto, não se vislumbra ilegalidade na custódia cautelar do Paciente, de modo que **não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal**, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e do Superior Tribunal de Justiça.

Destaque-se que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Nesse sentido: AgRg no HC 454.300/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2018 (DJe 14/08/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora